

RAIO X

Sind
Saúde
PARANÁ

HURCG

Boletim Informativo do SindSaúde/PR • Junho de 2017 • R. Mal. Deodoro, 314, cj 801, CEP 80.010-010, Curitiba-PR

PROBLEMAS DO HURCG SE ESPALHAM PELO AR

GÁS

Não bastasse o déficit de pessoal, as dificuldades estruturais e a desvalorização profissional, as/os servidoras do HURCG, em Ponta Grossa, tiveram de conviver em abril com um obstáculo pra lá de perigo-

so: cheiro de gás pelos corredores.

Foram dez dias entre a constatação do cheiro e a solução, tempo de muita aflição e pouca atitude da gestão. Diante da ameaça à saúde das/os trabalhadoras/es, o Sindicato, no dia 27 de abril, solicitou ao Corpo de Bombeiros que fizesse uma vistoria no Hospital.

E não é que após a vistoria e uma notificação do Corpo de Bombeiros o problema teve fim? Como em um passe de mágica, a peça que estava em falta no mercado apareceu, foi substituída e trocada. É aceitável um problema dessa magnitude ser encarado dessa forma pela gestão?!

ASSÉDIO MORAL ATESTADO EM 24 HORAS?

Quem adoece tem o direito de se tratar. Não é o que acontece no HURCG. Pelo menos não para todos. Recentemente tivemos um caso em que a chefia se negou a aceitar o atestado médico porque ele foi entregue fisicamente depois de 24 horas, mesmo o servidor tendo avisado e enviado o documento por WhatsApp minutos após a consulta médica.

Cadê o bom senso? Onde foi a resolutividade, princípio básico da administração pública? Se o servidor já comunicou que terá de se afastar, e a chefia já tem condições de remanejar a equipe, por que querer puni-lo com o desconto na folha? Boa parte dos gestores já aceita esse aviso via celular. Não aqueles que querem de alguma forma prejudicar os servidores.

PARA ENTENDER - O Estatuto do Servidor foi criado nos anos 1970, quando o fax ainda estava longe

**MENOSPREZAR
INFERIORIZAR
HUMILHAR
FRAGILIZAR
RIDICULARIZAR
PERSEGUIR
DESCRIMINAR**

**TUDO ISSO
É ASSÉDIO**

NÃO ACEITE, DENUNCIE!

de existir. Lá diz que o atestado precisa ser entregue até 24 horas depois da falta, mas não obriga que o servidor comunique imediatamente sua situação. Hoje em dia o que se tem feito é comunicar imediatamente a chefia via celular e entregar o atestado no retorno ao trabalho, até porque obrigar alguém doente a sair da cidade e ir até o hospital só para entregar o documento é algo insano.

MARCAÇÃO - O caso citado não é algo isolado na rotina do

HURCG. São vários casos de assédio moral, principalmente contra servidoras/es que participam do Sindicato. Muitos chegaram a ser ameaçados de sindicância por motivos menores. O Sindicato alerta que esse tipo de processo tem trâmite na Sesa e que não basta a vontade da chefia para acontecer. São necessárias provas, evidências de que houve alguma falha grave.

AVALIAÇÃO SEMANAL? NÃO CAIA NESSA!

Outra reclamação que tem se repetido nos meios de comunicação do Sindicato é com relação a tentativas de intimidação das chefias. O absurdo chegou ao ponto de correr pelos corredores a notícia de que haveria avaliação semanal das/os servidoras/es. A punição para quem não for bem seria o remanejamento de Setor.

As/os gestores não podem realocar servidoras/es com base nesse tipo de critério. Caso isso ocorra, entre em contato com o Sindicato.

LIMITES - Diante da falta de pessoal, alguns gestores estão tentando cobrar o impossível das/os trabalhadoras/es. Já ocorreu de uma equipe, com apenas quatro técnicos em enfermagem, ter de dar conta de 48 pacientes da clínica cirúrgica. E como e sabe, 100% desses pacientes exigem cuidados especiais. Diante desses casos, a orientação é que as/os servidoras/es tomem nota do dia, horário e local do ocorrido e passem o relato para o Sindicato. Assim poderemos tomar as medidas cabíveis.

PROGRESSÃO POR TÍTULO: QUEM ENTROU EM 2010 TEM DIREITO A RECEBER EM 2017

Com toda razão, tem servidora e servidor reclamando que o RH disse NÃO para protocolos da nova progressão. Quem entrou em 2010 e protocolou a primeira progressão por título em 2013 tem, sim, direito a nova progressão em 2017, paga a cada quatro anos a partir da segunda.

Desde 2015 a lei 18.601 estabelece que o que vale é a data do protocolo, e não a data do pagamento que, em geral, é feito atrasado. O que vale é o tempo que o RH deferiu o pedido. Portanto, em 2017, cerca de dois mil servidoras/es de toda a Sesa devem ter direito a novo protoco-

lo. O Sindicato seguirá levando esse assunto para as mesas de negociação e convoca você a participar das mobilizações.

ORIENTAÇÃO – Se o RH negar o protocolo as/os servidoras/es devem enviar os documentos por Sedex com aviso de recebimento - AR. Queremos garantir que seu documento chegue até o Sindicato para que a gente protocole. Você pode ainda entregar a documentação negada a um dos membros da DER ou direto para o Sindicato.

VAI PAGAR QUANTO?!

Depois de muita bagunça e muito descontentamento na alimentação do HURCG, eis que a direção do Hospital encontrou uma solução que até mesmo a Sesa diz desconhecer: emitir uma tabela de preços. A normatização entrará em vigor a partir do dia 12 de junho e é assinada pelo diretor-geral do Hospital, Everson Augusto Krum.

Segundo o comunicado, todos podem comer no refeitório desde que pague. Mesmo fazendo oito horas. Cumpre-se uma decisão do TCE - Tribunal de Contas do Estado - de não fornecer alimentação para quem não é plantonista, mas se descumpre

um preceito básico da “coisa” pública. Será cobrado até R\$ 1,90, 3,80, e até R\$ 6 dos servidores, a depender da renda.

Além dos valores, o documento também estabelece os horários para alimentação: das 11h30 às 13h e das 21h às 22h30. De cara já dá pra dizer que engessar os horários dessa maneira pode deixar muita gente com a barriga roncando, já que o serviço em Saúde é cercado de imprevistos.

Outra norma estabelecida é que quem quiser trazer comida de casa. Essas pessoas poderão utilizar o refeitório das 13h às 14h. Pois bem, em primeiro lugar, de acordo com a Vigilância Sanitária, levar alimentos para o Hospital não é recomendado. Em segundo lugar, o Hospital não dispõe de geladeiras para armazenar a comida de todo mundo.

Diante disso, o Sindicato enviou email à Sesa no dia 1º de junho para que a Secretaria apure essa situação e se certifique de que tudo está feito dentro das normas.

Até o fechamento dessa edição não havia chegado nenhuma resposta.